

EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025
(à MPV 1303/2025)

Acrescente-se art. 73-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 73-1.** Fica determinado que, no prazo de 12 (doze) meses após a vigência desta Medida Provisória, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório de avaliação dos impactos sociais e econômicos da nova tributação sobre o comportamento de poupança das famílias brasileiras, com especial atenção aos efeitos sobre as classes de menor renda.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

Consideramos relevante determinar uma Cláusula de Revisão para Avaliação de Impacto Social. Com a aprovação da emenda apresentada, o Congresso Nacional garantirá controle social e legislativo sobre os efeitos da Medida Provisória, permitindo ajustes futuros se houver prejuízo à cultura de poupança.

Avaliação de Impacto Social tem se constituído em instrumento bastante útil para analisar, monitorar e gerenciar as consequências sociais de políticas públicas. Temos que criar uma cultura de avaliação objetiva de impacto social. A finalidade é entender como essas iniciativas afetam as pessoas e a sociedade, buscando maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos.

Dessa forma, solicito apoio dos ilustres Pares à Emenda apresentada.

Sala da comissão, 17 de junho de 2025.

Senador Confúcio Moura
(MDB - RO)

